



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS- CCHE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

MARIA LUCICLEIDE DE SOUZA SILVA

**DIFICULDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA
ESCOLA REGULAR: “TEMOS QUE ESTAR SEMPRE EM CIMA PARA QUE
A ESCOLA NÃO RELAXE NAS MEDIDAS DE INCLUSÃO, MAS ISSO DEVE-
RIA SER ALGO NATURAL”**

**MONTEIRO
2023**

MARIA LUCICLEIDE DE SOUZA SILVA

DIFICULDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR: “TEMOS QUE ESTAR SEMPRE EM CIMA PARA QUE A ESCOLA NÃO RELAXE NAS MEDIDAS DE INCLUSÃO, MAS ISSO DEVERIA SER ALGO NATURAL”

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Letras-Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras - Português.

Orientadora: Profa. Ma. Náthaly Guisel Bejarano Aragón

**MONTEIRO
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Maria Lucicleide de Souza.

Dificuldades e desafios na inclusão de alunos com TEA na escola regular [manuscrito] : "temos que estar sempre em cima para que a escola não relaxe nas medidas de inclusão, mas isso deveria ser algo natural" / Maria Lucicleide de Souza Silva. - 2023.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Náthaly Guisel Bejarano Aragón, Coordenação do Curso de Letras - CCHE. "

1. Formação Inicial. 2. Transtorno do Espectro Autista (TEA). 3. Educação inclusiva. I. Título

21. ed. CDD 371.9

Elaborada por Talita R. Bezerra - CRB - 15/970

Biblioteca
José
Rafael de
Menezes

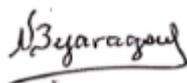
MARIA LUCICLEIDE DE SOUZA SILVA

DIFICULDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR: “TEMOS QUE ESTAR SEMPRE EM CIMA PARA QUE A ESCOLA NÃO RELAXE NAS MEDIDAS DE INCLUSÃO, MAS ISSO DEVERIA SER ALGO NATURAL”

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Letras- Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras-Português.

Aprovada em: 30/ 11/ 2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Náthaly Guisel Bejarano Aragón (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Maria da Conceição Almeida Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Iara Cristine Rodrigues Leal Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, a minha família pelo apoio durante a minha trajetória, pois sem vocês ao meu lado, nada seria possível, DEDICO.

“A escola tem que ser um lugar onde as crianças têm a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas” (Mantoan).

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA BREVE EXPLANAÇÃO | 11 |
| 3. A FORMAÇÃO INICIAL NA PERSPECTIVA EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... | 13 |
| 4. UMA REFLEXÃO SOBRE O CAPACITISMO NO TEA..... | 17 |
| 5. PERCURSO METODOLOGICO..... | 19 |
| 6. RELATOS DE MÃES DE FILHOS COM TEA SOBRE SUA INCLUSÃO EDUCACIONAL..... | 21 |
| 7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 27 |
| REFERÊNCIAS..... | 28 |
| APÊNDICE A..... | 32 |
| ANEXO A..... | 34 |

DIFICULDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR: “TEMOS QUE ESTAR SEMPRE EM CIMA PARA QUE A ESCOLA NÃO RELAXE NAS MEDIDAS DE INCLUSÃO, MAS ISSO DEVERIA SER ALGO NATURAL”

DIFICULTADES Y DESAFÍOS EN LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TEA EN EL COLEGIO REGULAR: “TENEMOS QUE ESTAR SIEMPRE ATENTOS PARA QUE EL COLEGIO NO RELAJE EN LAS MEDIDAS DE INCLUSIÓN, ESO DEBERÍA SER ALGO NATURAL”

Maria Lucicleide de Souza Silva*

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de refletir e problematizar as dificuldades e desafios encontrados pelas pessoas com TEA na sua inclusão educacional na escola regular. Por sua vez, também buscamos responder aos seguintes objetivos específicos, quais sejam: 1) Explicar sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista; 2) Problematizar a ausência de formação inicial dos professores sob a perspectiva da educação inclusiva; 3) Refletir sobre o capacitismo no TEA; e 4) Apontar e refletir por meio de relatos de pais de pessoas com TEA, as dificuldades enfrentadas pelos seus filhos para a sua inclusão. Este estudo se baseou em fontes teóricas como Mantoan (2015), Medrado (2016), Aragón (2020) y Farias (2019) e é de cunho qualitativo-interpretativo. Para a geração de dados contamos com a colaboração de onze mães de filhos com autismo, quatro da cidade de Sumé –PB e sete de Itatiba- SP, por meio de um questionário na plataforma *Google Forms* e disponibilizado para as mães pelo aplicativo *WhatsApp*. As respostas obtidas apontaram para a falta de capacitação dos professores e profissionais especializados, a falta de conscientização nas escolas sobre o que é o espectro autista e com isso evitaria situações de *bullying* e do capacitismo. Diante disso, concluímos que a formação inicial de professores na perspectiva inclusiva deve iniciar na graduação, e para que isso ocorra as universidades precisam reformular o Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Essa formação inicial voltada para a educação inclusiva e a reformulação das universidades é muito importante para que o professor se sinta mais preparado para oferecer um ensino- aprendizagem inclusivo e acolhedor. Desse modo teremos profissionais “mais qualificados” para criar metodologias inclusivas, buscando adaptar atividades ou avaliações, com o intuito de promover a autonomia e o desenvolvimento dos seus alunos.

Palavras-Chave: Inclusão. TEA. Formação inicial.

* Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: maria.lucicleide.silva@aluno.uepb.edu.br

RESUMEN

Esta investigación fue desarrollada con el objetivo de reflexionar sobre las dificultades y desafíos que alumnos con el Trastorno del Espectro Autista – TEA enfrentan en la actualidad para gozar de un ambiente escolar inclusivo. Por su vez, buscamos responder a los siguientes objetivos específicos: 1) Explicar que es el Trastorno del Espectro Autista; 2) Problematizar la ausencia de formación inicial de profesores bajo la perspectiva de la educación inclusiva; 3) Reflexionar sobre el capacitismo en el TEA; e 4) Identificar y reflexionar por medio de relatos de padres de individuos con TEA las dificultades enfrentadas por sus hijos para su inclusión. Este estudio se basó en fuentes teóricas como Mantoan (2015), Medrado (2016), Aragón (2020) y Farias (2019) y es del tipo cualitativo-interpretativo. Para la recolecta de datos contamos con la colaboración de once madres de hijos con autismo, cuatro de la ciudad de Sumé-PB y siete de Itatiba – SP. Esta recolecta fue posible por medio de la elaboración de un cuestionario en la plataforma *Google Forms* y enviado a las madres por la aplicación *WhatsApp*. Las respuestas obtenidas señalaron la falta de capacitación de los profesores y profesionales especializados, la falta de concientización en los colegios sobre lo que es el Espectro Autista e como acciones como esta evitarían situaciones de acoso y capacitismo. Frente a eso, concluimos que la formación inicial de profesores en la perspectiva inclusiva debe iniciar en la graduación, y para que eso ocurra las universidades deben reformular sus Proyectos Pedagógicos de Curso – PPC. Para que estos se sientan “más preparados” para ofrecer una enseñanza-aprendizaje inclusivo y humano. De esa forma tendremos profesionales que se sientan más calificados para crear metodologías inclusivas, buscando adaptar actividades o evaluaciones, con el objetivo de promover la autonomía y el desarrollo de los alumnos.

Palabras clave: Inclusión. TEA. Formación de inicial.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em inclusão, vem à tona a concepção de colocar alunos com deficiência em uma sala de aula regular, mas incluir vai além de inserir a pessoa com deficiência (PCD) em um espaço físico. Incluir é refletir sobre aspectos que proporcionem a participação real desses alunos no ensino-aprendizagem nos diversos contextos educacionais. Diante disso, a escola precisa estar preparada para atender e suprir as necessidades desse grupo de indivíduos, buscando reduzir as dificuldades que se apresentam, com o intuito de garantir um ensino-aprendizagem eficiente e de qualidade.

Cientes disso, destacamos que a educação é um direito garantido em diversos documentos oficiais no Brasil, como por exemplo, na Constituição Federal que no artigo nº 205, estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Entretanto, mesmo com um leque considerável de leis que garantem o direito à educação a este grupo de indivíduos, ela é difícil de ser efetivada no sistema educacional regular, devido às percepções histórico-sociais e culturais que se têm das PCD, da falta de políticas públicas e de uma formação inicial de professores que não é voltada para a inclusão de alunos com deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Art. 27 diz que “[...] a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida [...]” (Brasil 2015, s. p.) No mesmo artigo, o parágrafo único aponta que “[...] é dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015, s. p.).

Além desse documento e de outros que asseguram o direito à educação, neste trabalho nos centraremos, especificamente, nas pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os indivíduos com TEA são reconhecidos como pessoas que tem uma deficiência, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 12.764 de dezembro de 2012 que afirma que “[...] a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, s. p.).

Como vemos, as leis adquiridas visam tornar a inclusão de PCD democrática, proporcionando um “ensino mais igualitário”, ou seja, que o desenvolvimento educacional no ambiente escolar seja de acordo com os outros estudantes, para isso tem que desenvolver estratégias pedagógicas respeitando as suas particularidades e necessidades. Porém, na realidade, essa inclusão é um desafio tanto para a família quanto para a escola, já que é comum nos depararmos com instituições com grupos docentes totalmente despreparados para acolher essas crianças. Portanto, encontramos incoerência entre teoria e realidade, profissionais sem nenhuma especialização em educação inclusiva.

Após termos delimitado o objetivo geral e específicos, julgamos pertinente destacar que atualmente, segundo reportagem publicada no portal G1¹ no dia 02 de abril do presente ano, os casos de pessoas com TEA vem crescendo em nosso país, e mesmo com as leis conquistadas para a sua inclusão nas escolas, nos deparamos com profissionais totalmente despreparados, para que essa inclusão seja efetiva. Esses fatores são preocupantes, pois atualmente vemos nos noticiários que alunos com TEA vem sendo coagidos e desrespeitados pelos profissionais² que deveriam acolhê-los. Tendo em vista que, muitos enxergam apenas a deficiência e não a capacidade que eles têm.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral refletir e problematizar as dificuldades e desafios encontrados pelas pessoas com TEA na sua inclusão educacional na escola regular. Desse modo, este objetivo geral se divide em três objetivos específicos, quais sejam: 1) Explanar sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista; 2) Problematizar a ausência de formação inicial dos professores sob a perspectiva da educação inclusiva; 3) Refletir sobre o capacitismo no TEA; e 4) Apontar e refletir por meio de relatos de pais de pessoas com TEA, as dificuldades enfrentadas pelos seus filhos para a sua inclusão.

Sendo assim, esta pesquisa se justifica porque visamos refletir sobre as dificuldades e desafios que os alunos com TEA encontram ao frequentar a escola regular. Esse tema surgiu pelo fato da autora desta pesquisa ter recebido recentemente o diagnóstico de TEA do seu filho e por estar participando de um grupo de WhatsApp com pais que têm filhos com este transtorno e nele ver relatos sobre os percalços que eles enfrentam

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/04/02/1-a-cada-36-criancas-tem-autismo-diz-cdc-entenda-por-que-numero-de-casos-aumentou-tanto-nas-ultimas-decadas.ghtml>. Acesso em: 02 de nov. de 2023.

² Acesse a reportagem do G1: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/11/14/familia-denuncia-professor-por-quebrar-braco-de-aluno-autista-em-escola-publica-no-df.ghtml>. Acesso em: 02 de nov. de 2023.

na inclusão na escola regular. A aflição desses pais é profunda, já que se trata do desenvolvimento educacional dos seus filhos. Dessa maneira, o tema desta pesquisa se destaca e consideramos pertinente, pois contribui com a problematização e reflexão sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas com TEA para a sua inclusão educacional. Além disso, cabe destacar a precariedade da formação inicial docente, já que esta não acontece na perspectiva da educação inclusiva em diversas instituições (BALBINO-NETO, 2014).

Assim, este trabalho tem relevância acadêmica e social, pois visa mostrar o que as pessoas com TEA enfrentam no seu cotidiano, além de que a inclusão muitas vezes não acontece de fato, por não haver profissionais capacitados. Finalmente, justificamos também esta pesquisa pela reflexão que faremos em relação à concepção internalizada que a sociedade tem das PCD como inaptas e que não tem capacidade para aprender, negando seu direito à educação e a se desenvolver como sujeitos autônomos.

Este estudo está dividido em sete seções, esta introdução, na segunda explicaremos o que é o TEA, a definição e características. Na terceira seção, problematizaremos a formação inicial na perspectiva da educação inclusiva e também abordaremos o paradigma da inclusão. Na quarta, faremos uma reflexão sobre o capacitismo no TEA. Na quinta seção, apresentamos o percurso metodológico desta pesquisa. Na sexta, apresentamos a análise dos relatos dos pais que têm filhos com TEA e, finalmente, na sétima discorreremos sobre algumas conclusões a que chegamos.

2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA: UMA BREVE EXPLANAÇÃO.

Segundo Cunha (2017), o termo autismo se originou do grego *autós*, que significa “de si mesmo”. Esta nomenclatura foi empregada pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler, em 1911, quando pesquisava a fuga da realidade e o retraimento interior de pacientes acometidos de esquizofrenia. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno do Espectro Autista - TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento e se caracteriza por

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamen-

tos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (APA, 2014, p.31).

Na citação supracitada percebemos que as pessoas com TEA apresentam dificuldades de comunicação social, isto é, não conseguem iniciar uma conversa, a interação geralmente é pouca, e muitas vezes apresentam dificuldades em expressar seus medos e suas emoções, além de não compreender expressões. Estes indivíduos podem ser verbais e não verbais, ou seja, alguns podem ter um vocabulário pequeno dificultando, assim, a comunicação e a interação.

De acordo com o Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (2019) no TEA geralmente os sintomas aparecem nos primeiros anos de vida, alguns podem ser identificados nos primeiros dias. Entretanto, é nos primeiros meses, entre 12 e 24 meses de idade, que os sintomas são mais perceptíveis. Ainda de acordo com a mesma fonte, são sinais sugestivos nos primeiros anos de vida:

Perder habilidades já adquiridas, como balbúcio ou gesto dêitico de alcançar, contato ocular ou sorriso social; - não se voltar para sons, ruídos e vozes no ambiente; - não apresentar sorriso social; - baixo contato ocular e deficiência no olhar sustentado; - baixa atenção à face humana (preferência por objetos); - demonstrar maior interesse por objetos do que por pessoas; - não seguir objetos e pessoas próximos em movimento; - apresentar pouca ou nenhuma vocalização; - não aceitar o toque; - não responder ao nome; - imitação pobre; - baixa frequência de sorriso e reciprocidade social, bem como restrito engajamento social (pouca iniciativa e baixa disponibilidade de resposta) - interesses não usuais, como fixação em estímulos sensorio-viso-motores; - incômodo incomum com sons altos; - distúrbio de sono moderado ou grave; - irritabilidade no colo e pouca responsividade no momento da amamentação (SBP, 2019, p. 20).

Além destes sinais que se apresentam como características da pessoa com TEA, podemos mencionar também comportamentos repetitivos, estes costumam geralmente ser movimentos ritmados da cabeça, das mãos ou do corpo, sem função adaptativa óbvia (APA, 2020). Estes comportamentos são características comuns em pessoas com TEA, e eles podem ser classificados em

[...] movimentos não autolesivos como balançar o corpo, fazer movimentos de abano ou rotação das mãos bilaterais, agitar ou tremular os dedos na frente do rosto, sacudir ou abanar os braços e acenar com a cabeça. Já as estereotípias autolesivos incluem bater a cabeça repetidas vezes, dar tapas no rosto, cutucar os olhos e morder as mãos os lábios e outras partes do corpo (APA, 2014, p.78-79).

Esses movimentos repetitivos estão muito presentes na vida dos autistas, e compreendê-los e respeitá-los é fundamental para proporcionar um ambiente acolhedor,

promovendo assim a inclusão. Nesses movimentos repetitivos, nós enquanto cidadãos, podemos intervir quando é uma estereotipia autolesiva, com intuito de não deixar que o autista se machuque. Segundo o site *Autismo e Realidade*³

As estereotipias costumam acontecer em situações que o autista se sente bombardeado por estímulos, e as ações repetitivas ajudam a pessoa a se reorganizar internamente e processar tudo o que está sentindo. Há relatos de pacientes com TEA que entendem a estereotipia como algo prazeroso, que ajuda a acalmar, a concentrar e a aliviar a ansiedade (AUTISMO E REALIDADE, 2019).

Desse modo, algumas estereotipias não são um problema na vida dos autistas, desde que eles não sejam autolesivos, mas sim um mecanismo que os ajudam nos enfrentamentos de situações estressantes. Portanto, esses comportamentos não devem ser supridos, mas compreendidos.

Dentro do espectro autista, há especificadores de gravidade, onde os níveis de sintomas podem prejudicar a sua funcionalidade no cotidiano do indivíduo com TEA, são caracterizados por níveis 1, 2 e 3 de gravidade. Esses níveis indicam as dificuldades apresentadas na comunicação social e no comportamento, além do grau de restrição e repetição nas suas ações. Para exemplificar melhor, apresentamos a tabela do DMS-5, para um melhor entendimento dos níveis e o que aborda cada um.

Tabela 1 - Níveis de gravidade do Transtorno do Espectro Autista

TABELA 2 Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista

| Nível de gravidade | Comunicação social | Comportamentos restritos e repetitivos |
|---|---|---|
| Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial" | Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas. | Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações. |
| Nível 2 "Exigindo apoio substancial" | Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha. | Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações. |
| Nível 1 "Exigindo apoio" | Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas. | Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência. |

Fonte: DSM-5

³ Acesso em: <https://autismoerealidade.org.br/2019/09/12/o-que-sao-as-estereotipias/>.

Como visto na tabela, esses níveis especificados são importantes para compreender o nível de dificuldades que o autista tem e, quando identificadas, elas serão como um norte para a equipe multidisciplinar - compostos por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, neuropediatra, entre outros - poder trabalhar a partir dessas dificuldades.

3 A FORMAÇÃO INICIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Acreditamos que a educação inclusiva se inicia com um professor preparado, pois dessa maneira ele entenderá as necessidades de seus alunos, compactuando com um ensino-aprendizagem de qualidade. Mas infelizmente somos surpreendidos com profissionais totalmente despreparados, voltados a metodologias tradicionalistas que dividem os em “alunos “normais” e com deficiência, as modalidades de ensino em regular e especial” (MANTOAN, 2015).

De acordo com a Declaração de Salamanca ⁴, “[...] as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades” (UNESCO, 1994, p.16). Com essas garantias, as crianças com deficiência passaram a ter direitos adquiridos para, enfim, estarem incluídos na escola regular. Conforme está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, no artigo nº 59 inciso III diz que

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integralização desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 25).

Observando a lei, vemos que os direitos das pessoas com deficiência para frequentar a escola regular são de direito e garantido há muitos anos atrás, mas infelizmente as dificuldades dessa inclusão ainda são atuais.

Na atualidade, vemos que os professores recém-formados não têm na sua licenciatura práticas voltadas para inclusão de alunos na sala de aula. As instituições superiores estão formando professores que, ao começarem na docência, terão dificuldades

⁴ Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizado na Espanha entre os dias 07 e 10 de junho de 1994, representado por noventa e dois países e vinte cinco organizações internacionais. Objetivou-se delimitar diretrizes básicas em prol da educação para todos, garantindo assim uma educação para as pessoas com deficiência.

quando se depararem com alunos com deficiência, pois é evidentemente que estes indivíduos estarão lá. Com isso, os alunos com deficiência serão prejudicados, pois sem uma formação inicial voltada para a inclusão, não teremos atividades pedagógicas inclusivas desenvolvidas para incluir estes alunos em sala de aula.

Portanto, é na formação inicial, na graduação, que o professor deverá compreender que no seu agir, ele terá que elaborar/pensar em práticas pedagógicas que mediem a aprendizagem e participação dos alunos com deficiência. Sendo assim, uma prática docente que visa a inclusão desses alunos, busca ações educativas adaptativas, sem elas, os alunos podem se frustrar com o insucesso no desenvolvimento das atividades.

Nesse cenário, Medrado (2016, p. 267) afirma que “[...] é na formação inicial que podemos ressignificar um conceito de diferença ou alteridade. E, acredito que ainda mais amplamente um conceito de ética profissional”. Desse modo, é de suma importância essa conscientização no ambiente escolar onde as diferenças serão encontradas e entender que elas fazem parte e que pode fazer a diferença na prática do professor.

Outro ponto relevante em relação a ética profissional, segundo Macedo e Queiros (2019, p. 10), é que a ética “[...] está ligada diretamente a formação humana, especialmente no que se refere à construção de caráter”. Isto é, um profissional ético, diante de uma sala de aula onde as diferenças são encontradas, precisará desenvolver práticas educativas inclusivas, tendo um olhar humano perante seus alunos, sendo compreensivo, reflexivo e cuidadoso para entender as particularidades e desenvolver estratégias para uma metodologia inclusiva, respeitando as limitações dos seus alunos com deficiência.

Desse modo, podemos dizer que a viabilidade de uma inclusão real só será possível se o professor desenvolver ações que visem a participação ativa desse aluno nos diversos contextos da escola. Para que possa desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais junto com a turma e, dessa forma, cooperar para um ensino-aprendizagem de qualidade.

Outro fator que se configura como empecilho para uma educação inclusiva, são os currículos acadêmicos, estes precisam ser revisados e abordar conteúdos que visem uma formação inicial alicerçada na perspectiva da inclusão, pois

Se não se fala sobre inclusão, se não se provoca reflexões que evidenciam atitudes inclusivas ou se não se expõem futuros profissionais de ensino a contextos da inclusão, como desenvolver nesses professores a consciência da diferença? (MEDRADO, 2016, p. 269).

Nesse raciocínio, afirmamos que existem lacunas na formação inicial no que diz respeito a “[...] uma formação que intervenha não periférica, mas diretamente na inclusão de pessoas com deficiência nas escolas” (MEDRADO, 2016, p. 263). Um exemplo é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da licenciatura em Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), do campus VI. No referido curso é ofertado apenas um componente curricular que aborda explicitamente a pessoa com deficiência, qual seja, Educação Especial, que na sua ementa prescreve que devem ser abordados temas como:

[...] políticas, pesquisas e práticas na educação para a diversidade. Conceitos e relações entre diversidade, desigualdade, deficiência, igualdade e estigma. Sujeitos com necessidades educativas especiais. Aprendizagem e desenvolvimento. (UEPB, 2016, p. 99).

Este é um componente curricular que de acordo com o PPC dessa instituição, não é obrigatório. Na sua ementa aborda conceitos importantes para a formação de professores que precisarão atuar na sala de aula, mas por ser uma eletiva, pode nem sempre ser ofertada ou os alunos nem sempre se matricularem nela. Desse modo, muitos terminam a sua graduação sem ter uma formação teórica e principalmente prática no campo da educação inclusiva. Portanto, é pertinente que as universidades revejam os seus currículos, pois necessitamos que os graduandos não terminem a sua formação sem essa importantíssima capacitação (ARAGÓN, 2020).

Vale ressaltar, que é na formação inicial que o graduando poderá compreender como o processo de inclusão acontece, e se conscientizar das diferenças e do caráter diverso e complexo da sala de aula (ARAGÓN, 2020). Diante disso, questionamos, será que só uma disciplina eletiva é o suficiente para que os futuros professores se sintam preparados para incluir em sala de aula? Sem conhecimento teórico e prático, teremos professores despreparados e, conseqüentemente, alunos prejudicados, no intuito de buscar incluir a PCD, estaremos promovendo a sua exclusão.

Sendo assim, Medrado (2016) nos fala que o professor precisa fazer a diferença, com isso, além dos conteúdos adquiridos na formação, ele deverá ter consciência do contexto da sua profissão. Dessa maneira, ele entenderá as particularidades, dificuldades que encontrará no chão da escola. Se vivemos em uma sociedade que é intrinsecamente diversa, o professor precisará ter a consciência de que dentro da sala de aula não será diferente.

Diante disso, Medrado enfatiza que a formação inicial do professor terá de ser

[...] um espaço de transformações, decisivo para o desenvolvimento de práticas e atitudes pedagógicas inclusivas, constitui –se em um lugar privilegiado para a compreensão do que significa fazer a diferença e quais sentidos essa atitude pode ter quando se fala de educação inclusiva. (MEDRADO, 2016, p. 271).

É na formação inicial que o professor deverá buscar um ambiente transformador, buscando práticas voltadas para uma educação inclusiva. Segundo a autora, o professor, além de saber o conteúdo, precisa ser o provedor do fazer a diferença, visando estratégias pedagógicas no contexto de uma educação inclusiva.

A escola regular, na perspectiva inclusiva contribui para o desenvolvimento interacional e educacional do autista. Proporcionar um ambiente escolar que promova a empatia e a conscientização de que a diversidade existe e cabe a todos respeitar. Desse modo, uma instituição onde os professores e a família sejam colaboradores e conscientes dessa diversidade e com os profissionais devidamente capacitados garante o sucesso educacional de todos (OLIVEIRA, 2020).

4 UMA REFLEXÃO SOBRE O CAPACITISMO NO TEA

A inclusão na educação é um princípio fundamental que possibilita a igualdade diante da diversidade. No entanto, as escolas muitas vezes se tornam espaços onde o preconceito contra a PCD se manifesta. Este preconceito, conhecido atualmente como capacitismo, cria barreiras significativas nos diversos contextos sociais, especificamente no contexto escolar, e dificulta o progresso educacional da pessoa autista. Segundo o Glossário de Acessibilidade da Câmara dos Deputados⁵, o capacitismo é

Ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas “capacidades das pessoas sem deficiência” como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas ‘pessoas capazes’, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas “normais”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, *on-line*).

Sendo assim, a nossa sociedade é constituída por comportamentos e corpos físicos padrões, e se sairmos delas somos considerados pessoas “anormais”, portanto esta-

⁵Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html> Acesso em: 02 de set. de 2023.

mos diante de uma sociedade que preza pela perfeição. Como Farias (2019, p. 59) afirma, estamos

Numa sociedade que cultua corpos perfeitos e, do ponto de vista do capital, seleciona indivíduos em condições de produzir economicamente, as pessoas com deficiência, assim como outros grupos vulneráveis, são consideradas fora dos padrões instituídos como normas e, por isso mesmo, tidas como inadequados ao convívio social.

O capacitismo é uma manifestação social que vem através de atitudes e conceitos que discriminam e marginalizam pessoas com deficiência. De acordo com o site Autismo e Realidade⁶, “[...] a base do pensamento capacitista é de que há um padrão corporal – inclusive neurológico – ideal. Desta forma, quem não pode se enquadrar neste padrão não está habilitado para participar plenamente das atividades sociais”. Portanto, vemos que muitos autistas enfrentam estigmatização e estereótipos, por não se enquadrarem nesses padrões que a sociedade impõe. E isso é evidente na sala de aula, quando professores e colegas de classe duvidam das capacidades e habilidades dos alunos autistas, esses comportamentos podem levar à exclusão social e ao isolamento. Assim,

Estereótipos sociais aliados a falta de informação sobre o transtorno alimentam o preconceito que gira em torno do autismo. O que aumenta cada vez mais a estigmatização das pessoas autistas. Tais estereótipos levariam a uma visão do senso comum, na qual, os autistas seriam gênios ou se balançariam o tempo todo, isolados em um canto (Fazio, 1986, apud Andrade, 2022, p. 32)

A falta de recursos e apoio adequados são aspectos que prejudicam os alunos autistas. Na medida em que o sujeito é visto somente sob o ângulo de suas limitações, a crença na sua educação e possibilidades de desenvolvimento estará associada à impossibilidade de permanência deste sujeito em espaços como o ensino comum. (CAMARGO, BOSA, 2009). Um ambiente escolar com professores sem formação, que em muitos casos só focam nas limitações do autista, faz com que o seu desenvolvimento educacional seja prejudicado.

Portanto, para combater o capacitismo na escola, é importante que se busque a conscientização de que todos são capazes de aprender. Precisamos mudar essa ideia internalizada que PCD não são capazes de aprender; mudando essa forma de pensar, daremos um grande passo em direção a verdadeira inclusão. Os pesquisadores Karangianis; Stainback; Stainback, (1999), trazem uma explanação bem esclarecedora a respeito da importância da inclusão no ensino, estes afirmam que

⁶ Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/07/09/capacitismo-o-que-e-e-o-que-fazer/>.

[...] diante de uma inclusão adequada, mesmo que uma criança apresente deficiências cognitivas importantes e apresente dificuldades em relação aos conteúdos do currículo da educação comum, como pode ser o caso do autismo, ela pode beneficiar-se das experiências sociais. O objetivo do aprendizado de coisas simples do dia-a-dia (e.g., conhecer-se, estabelecer relações) seria o de as tornarem mais autônomas e independentes possíveis, podendo conquistar seu lugar na família, na escola e na sociedade (Karangiannis; Stainback; Stainback, 1999, apud Camargo; Bosa, 2009, p. 70).

Com isso, além de adquirir conhecimentos pedagógicos mediados por uma inclusão adequada, o autista poderá evoluir em suas práticas, se tornando um indivíduo independente e participativo no seu contexto social.

5 PERCURSO METODÓLOGICO

Visando alcançar o objetivo desta pesquisa, que é refletir e problematizar as dificuldades e desafios encontrados pelas pessoas com TEA na sua inclusão educacional na escola regular, tendo como suporte teórico autores como Mantoan (2015), Medrado (2016) e Aragón (2020), além de documentos como a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a Conferência de Salamanca entre outros. Consideramos que esta pesquisa é de cunho qualitativo interpretativa, na qual, segundo Assis (2008, p. 14),

[...] a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais. É descritivo e não requer utilização de métodos e técnicas estatísticas. O pesquisador, considerado instrumento chave, tende a analisar seus dados indutivamente, no ambiente natural. O processo e seu significado são focos principais de abordagem.

Já na concepção de Minayo (2009),

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (apud RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2021, p. 158)

Portanto, esta pesquisa pretende conhecer a realidade dos autistas perante a sua inclusão na escola regular. Este estudo se dará através de relatos de pais que têm filhos com TEA, que irão descrever quais desafios e dificuldades eles encontram para que essa inclusão aconteça.

A geração de dados desta pesquisa foi feita através de um questionário estruturado no *Google Forms*, disponibilizado de forma *on-line* para pais de crianças autistas, como forma de obtenção de partilhas sobre experiências vividas com seus filhos nas es-

colas regulares, no período de 31 de outubro a 04 de novembro de 2023. Na visão dos autores Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Na sua aplicação, as perguntas podem ser abertas ou fechadas, no caso desta pesquisa, elas terão o caráter aberto, já que de acordo com os autores supracitados “[...] as abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas” (ibid).

O objetivo deste questionário⁷ foi o de investigar os desafios enfrentados por pais ou responsáveis ao incluir seus filhos autistas em escolas regulares. O questionário consistiu em perguntas abertas, que foram elaboradas em duas seções, a primeira com o título “Perfil do Colaborador da Pesquisa” com o intuito de conhecer melhor o perfil dos colaboradores da pesquisa e a segunda “Questões sobre a inclusão do aluno com TEA na escola”. Nesta última realizamos perguntas destinadas a compreender como está sendo o processo de inclusão de seus filhos na escola regular, saber se a escola é inclusiva e se há profissionais capacitados. Após a coleta de dados, apresentamos os relatos obtidos pelos pais; ressaltamos que os pais/mães participantes não serão identificados para garantir a preservação de suas identidades. Dessa forma, nos referiremos aos colaboradores como mãe 1, mãe 2 e assim sucessivamente, já que o questionário foi respondido unicamente por mães.

A primeira seção do questionário buscava conhecer os perfis dos pais/mães e filhos autistas. As informações obtidas indicam que contamos com a colaboração de mães que residem em Sumé – PB e outra em Itatiba-SP. Essa pesquisa utilizou esses dois estados, pois a autora tem vínculo com ambas cidades e para poder entender que, apesar de cidades e estados distintos, as situações enfrentadas não se diferenciam, mas coincidem. Desse modo, tivemos um total de onze mães que responderam ao questionário, quatro da cidade de Sumé-PB e as outras sete foram de Itatiba- SP, os filhos estão na faixa etária de 3 a 16 anos, sendo 10 meninos e 2 meninas.

Os diagnósticos de autismo dessas crianças foram recebidos precocemente em sua grande maioria, como relata a *Mãe 7*, que seus dois filhos tiveram o laudo quando tinham 1 ano e 8 meses e o outro aos 2 anos e 2 meses de idade; e tardio como é o caso do relato da *Mãe 11*, onde seu filho teve o diagnóstico com 15 anos de idade. Quanto à escolaridade, as respostas dos questionários apontaram para sete crianças cursando o ensino infantil, 1 no maternal II e 3 estão no ensino fundamental. Dentre elas, 4 mães

⁷ O questionário se encontra na íntegra no Apêndice A.

que são de Sumé- PB relataram que 3 estudam em escolas públicas e uma privada, em Itatiba- SP foram 3 escolas públicas e 4 privadas. A última pergunta visava sabermos se as crianças tinham acompanhante terapêutico ou acompanhante escolar/cuidador/apoiador, das onze mães que responderam, apenas duas relataram que não tinham, a *Mãe 3* falou que a criança não tem porque a professora não achou necessário e a *Mãe 7* apenas respondeu que não, sem detalhar o porquê.

Diante do relato da *Mãe 3* e a *Mãe 7*, compreendemos que a criança do Espectro Autista tem por direito um acompanhante de classe, conforme a Lei nº 12.764/12, que em parágrafo único diz que:

Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 1º, terá direito a acompanhante especializado. Desde que tenha dificuldades no desenvolvimento pedagógicos e comportamental (BRASIL, 2012, s/p).

Desse modo, o acompanhante de classe desempenha um papel fundamental no ambiente escolar, pois fornece um suporte essencial para os alunos autistas, como afirma o site Instituto Neuro Saber ⁸(2020) quando diz que:

Quando a criança com autismo tem um acompanhamento escolar é possível garantir que ela não fique de fora da roda ou isolada na hora de explicações importantes. [...] Outra função importante do acompanhante escolar é manejar comportamentos inadequados em sala de aula, acalmar a criança e redirecionar sua atenção para as atividades.

Dessa forma, o acompanhante é necessário para todas crianças autistas, o ambiente escolar pode ser muito desafiador, pois eles podem apresentar dificuldades sensoriais e de comunicação. Portanto, esse profissional é importante, pois ele proporcionará um apoio, ajudando o autista nas suas atividades pedagógicas, na interação com os colegas de classe e na comunicação.

As próximas questões do questionário contribuirão para a compreensão se na escola regular há inclusão, o objetivo é mostrar através de relatos dos pais ou responsáveis a realidade de pessoas com TEA e fazer uma reflexão dos dados encontrados.

⁸ Acesso Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/acompanhamento-terapeutico-escolar-e-autismo-2/>. Acesso em: 02 de set. de 2023.

6 RELATOS DE MÃES DE FILHOS COM TEA SOBRE SUA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Nesta seção nos propomos a apresentar reflexões em relação às respostas fornecidas pelas mães, em relação à inclusão de seus filhos na escola regular. Sendo assim, na segunda seção do questionário, formulamos quatro perguntas, para sabermos a experiência e desafios da inclusão que as crianças autistas tiveram/têm na escola regular. Nessa etapa, buscamos evidenciar se há profissionais capacitados e se houve ocorrência de situações de capacitismo envolvendo os filhos e quais foram as dificuldades enfrentadas pelos pais durante o processo de inclusão dos filhos na escola.

Na primeira pergunta, já abordamos sobre a questão da matrícula, formulando a seguinte pergunta: *No ato da matrícula do seu filho (a), a escola apresentou algum tipo de impedimento ou "desculpas", quando você informou que seu filho é autista? Se sim, poderia nos relatar como foi?* Todas as mães⁹ afirmaram que não houve nenhum impedimento no ato da matrícula, o que consideramos algo positivo, pois percebemos que a lei que garante à pessoa com deficiência o direito de se matricular na escolar regular está sendo cumprida.

A segunda pergunta foi: *Na instituição que seu filho (a) frequenta, há professores que praticam a inclusão? Isto é, estes profissionais realizam atividades pedagógicas adaptadas para o seu filho, objetivando sua participação ativa no processo de ensino-aprendizagem e nos eventos escolares, mediando a interação com os colegas de classe? Existem adaptações que atendem as necessidades específicas dele (a)?* Algumas mães relataram que sim. A Mãe 2 falou que “na sala de aula há uma cuidadora, porém, as atividades de K. não são adaptadas. Existe a sala de AEE¹⁰ para ele. Acho que tem muito a melhorar”. Já no relato da Mãe 3, esta afirma que “sim, mas ainda acho que falta mais. Mais entrosamento e ter mais comunicação de pais e filhos nas escolas para estarmos mais cientes. Proporcionar mais atividades”. Já no relato da Mãe 4 ela aponta que “na sala de aula regular não. Mas ele frequenta a salinha de AEE, e lá tem algumas atividades adaptadas”. A Mãe 9 diz que, “nem sempre acontece” e a Mãe 10 apenas colocou “não” para essa questão.

⁹ As respostas/falas das mães, colaboradoras da pesquisa, permanecem inalterados em relação ao documento original, não contendo nenhuma alteração de natureza gramatical ou ortográfica.

¹⁰ Segundo o Decreto nº 6.571 de 18 de setembro de 2008, o Atendimento Educacional Especializado – AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2008).

Diante desses relatos das mães, podemos observar que há diferentes situações em relação a adaptação adequada para seus filhos. Conforme discutido, é importante que o professor tenha uma formação adequada para poder saber desenvolver estratégias adaptáveis para que a criança seja incluída nas atividades pedagógicas. Conforme a LDB nos diz que, instituições deverão ter currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica na escola, mas diante dos relatos vemos que tem muito o que melhorar. É inadmissível que a criança não participe integralmente das atividades por falta desse apoio adequado. Colocar as crianças na sala AEE e apenas fornecer algumas atividades adaptadas ou não fornecê-las, como relata a *Mae 10*, é um caso de extrema preocupação, pois estamos diante de uma escola que não está desenvolvendo adequadamente seu papel de formador e muito menos a prática de uma educação inclusiva.

Portanto, diante das falas dessas mães, vemos que cada uma conta a sua experiência e que a inclusão dos seus filhos não está sendo satisfatória. Vale ressaltar que a sala AEE de acordo com a Lei nº 6.571, 17 de setembro de 2008 é considerada um atendimento educacional especializado com um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Com isso, a sala AEE é um suporte para proporcionar um apoio para que o aluno com dificuldades possa se desenvolver melhor, e desse modo possa participar na sala regular. Mas o que estamos vendo são alunos que nem apoio necessário estão tendo na sala AEE, desse modo, estamos diante de situações em que a escola e professores não estão cumprindo seu papel, mas prejudicando o desenvolvimento educacional dessas crianças.

Na terceira fizemos a seguinte pergunta: *Na sua opinião, o que deveria melhorar/mudar no espaço escolar para que hajam práticas inclusivas, que proporcione um ensino-aprendizagem de qualidade para seu filho (a)?* As *Mães 1, 2, 3, 8, 9 e 10* relataram que deveria ter mais professores e profissionais mais capacitados para lidarem com crianças autistas e com outras deficiências. Desse modo, vemos a importância de uma formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva, professores capacitados tornam o aprendizado das crianças mais eficientes.

A *Mãe 4* relata que “deveria ter mais interação entre a professora e a família”. Compreendemos que essa troca de informações entre professores e a família do autista é muito importante, porque tanto ajuda o professor a compreender mais seu aluno, sabendo das suas dificuldades e suas habilidades, e o professor poderá planejar atividades que possibilitem que o aluno com TEA possa se desenvolver em sala de aula, e a família

poderá estar reforçando essas atividades em casa. Com isso, teríamos uma conexão entre pais e professores buscando o mesmo objetivo que é um ensino-aprendizagem efetivo.

Já a *Mãe 5* relata que “deveria ter mais práticas pedagógicas voltadas para as crianças com deficiência”, a *Mãe 6* diz que “a escola deveria fazer mais movimentos de conscientização sobre o assunto com a comunidade e fazer ainda mais capacitação entre os profissionais que lá trabalham”. O relato desta última mãe é bem importante, pois movimentos que visam levar informações sobre o autismo na escola e na comunidade trazem conscientização e informações para aqueles que não conhecem o Espectro Autista. Consideramos que o que falta muitas vezes é a informação para evitarmos situações de preconceitos, tanto no ambiente escolar como na comunidade.

A *Mãe 7* diz que “deveria ter pistas visuais, adaptação de som em eventos, previsibilidade das atividades *off* rotina, opção para crianças mais agitadas (espaço de regulação, jump? Corridas? Elástico?)”. De acordo com o Instituto Neuro Saber ¹¹ “Os suportes visuais podem ajudar as crianças com autismo a encontrar maneiras eficazes de se comunicar usando recursos visuais em vez de informações auditivas”. Para muitos autistas, pistas visuais com imagens de ilustrações é essencial para que eles compreendam o que está acontecendo e a previsibilidade do que irá acontecer é importante para alguns, pois alguns alunos com TEA seguem uma rotina e se isso for modificado podemos desencadear uma crise e com essa antecedência do que irá acontecer, é muito eficaz para evitar que eles desregulem. Outro ponto que a mãe fala é sobre adaptações sonoras, muitos autistas têm sensibilidade sensorial e o barulho traz desconforto e pode desencadear também em uma crise.

Na quarta questão perguntamos: *Em algum momento, houve alguma situação de capacitismo que seu filho tenha enfrentado na escola? Se sim, poderia nos relatar como foi? Como isso foi discutido pela escola? E quais medidas foram tomadas?* Algumas mães relataram que até o momento não tinham presenciado situações de capacitismo. A *Mãe 3* relatou que “teve por conta que seu filho não é verbal e por usar fralda ainda”. A mãe não entrou em detalhes, mas enfatizou que teve ajuda da clínica onde seu filho faz terapia, uma de suas terapeutas esteve na escola para fazer orientações para lidarem melhor com essa situação.

¹¹ Acesso disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/a-importancia-de-suportes-visuais-para-criancas-com-autismo/>.

A Mãe 7 relata que “no ambiente escolar não presenciou, mas que em uma festinha de um dos colegas de classe apenas seu filho não foi convidado”. A Mãe 9 relata que sua filha “nos momentos das refeições estava sendo separada das outras crianças”. Diante dessa situação a mãe teve a ajuda da terapeuta que realizou uma reunião com a escola advertindo que essa conduta é errada, a mãe não relatou qual foi o posicionamento da escola.

Por último a Mãe 11 relatou que “em 2021 (ele estava no quinto ano) foi tratado como "café com leite" e só tirava nota 10, a professora mandava ele desenhar em aulas que não tinham nada a ver com isso, não havia prova e material adaptados, não tinha auxiliar de sala porque "a professora dava conta". Ele chegou a ter uma auxiliar, mas a diretora dizia que ele ficava esperando que ela desse as respostas (sem entender que é papel da profissional é contornar esse tipo de barreira). Sempre que eu (mãe) reclamava de algo, a diretora respondia como se a culpa fosse do meu filho, nunca admitindo o erro. Também houve uma professora que me mandou uma resposta muito estúpida na agenda dele, só porque eu pedi que ela explicasse uma lição e reforcei que era importante a comunicação na agenda, pois ele não tem condição de lembrar das lições. Nesta situação, a diretora reconheceu que não foi uma resposta profissional, mas acho que não chegou a se desculpar de fato. A professora depois mandou um bilhete pedindo desculpas”.

Diante dos relatos das mães, podemos considerar que a dúvida que permeia sobre a capacidade para aprender e se desenvolver da criança autista é muito forte. Acreditar que eles não são capazes de se socializar e não saber se comportar em atividades sociais ou de executar atividades escolares é um ato de discriminação. E isso retrata o capacitismo sobre o autista, pois na nossa sociedade e no ambiente escolar se têm

ideias preconcebidas e caricaturizadas sobre o autismo, principalmente a partir da mídia, influenciam as expectativas do professor sobre o desempenho de seus alunos, afetando a eficácia de suas ações quanto à promoção de habilidades (CAMARGO, BOSA 2009, p. 69).

Portanto, é importante que professor acredite no potencial do autista, com o intuito de promover a inclusão e não focar apenas nas limitações.

Por fim, a última pergunta da pesquisa foi: *Quais os maiores desafios que você como pai/mãe enfrenta, para inclusão do seu filho na escola regular?* As Mães 1, 4 e 6 disseram que no momento não enfrentam nenhuma dificuldade. Já a Mãe 2 fala sobre “o *bulling* que algumas crianças cometem”, a Mãe 3 relata que “é saber que ele está sendo

bem tratado e sem preconceitos”, ela espera que “a escola lute pelos direitos e que as crianças autistas possam ser tratadas com igualdade”. A *Mãe 7* relata que “dá medo e insegurança no início do ano, como vai ser o professor. Se o monitor que vai acompanhar vai ser carinhoso e seguir as recomendações corretamente da psicóloga. Como será tratada a questão do bullying, do explicar diferente, se a professora vai ser aberta as orientações da psicóloga”. Compreendemos que o *bullying* é uma situação que sempre acontece nas escolas, e para os autistas não é diferente. O *bullying*, de acordo com a Lei nº 13.185/2015, de Combate a Intimidação Sistemática, afirma que

Todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, s/n)

Portanto, para essas mães essa questão é muito preocupante, pois as crianças com autismo tendem mais a ser vítimas, por apresentarem comportamentos que estejam dentro do espectro, como por exemplo os comportamentos repetitivos, algumas crianças são não verbais e algumas têm dificuldades na interação, como já citamos aqui. Desse modo, é importante que a escola ela possa conscientizar sobre as consequências que o *Bullying* pode desencadear em crianças com TEA.

A *Mãe 6* relata que “nem todos os professores tem a formação adequada para atender as crianças autistas, desse modo dificultando o desenvolvimento delas”. As *Mães 8 e 9* falam da “dificuldade da socialização com outras crianças”. Observando essas falas, percebe-se que a dificuldade de interação na maioria das crianças autistas é muito presente, e isso é um fator preocupante para as mães. Mas, em um ambiente escolar inclusivo, a ação do professor é essencial, pois cabe a ele mediar essa socialização, para assim promover o desenvolvimento social da criança. A convivência com outras crianças com a mesma idade proporcionará vários benefícios e irá “oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças”. (CAMARGO E BOSA, 2009, p. 68-69)

A *Mãe 10* diz que “precisam de profissionais qualificados, com curso superior e qualificação na área de autismo” e por último a *Mãe 11* relata que “temos que estar sempre em cima para que a escola não relaxe nas medidas de inclusão, mas isso deveria

ser algo natural. Ainda não passamos por problemas, mas já ouvi relatos em que isso aconteceu. Infelizmente parece ser algo que acontece em todas as escolas”.

Observando o que as mães relataram, podemos concluir que as vivências/preocupações das mães são parecidas, a falta de qualificação dos professores que prejudica o desenvolvimento das crianças no ensino, a falta de socialização com os outros alunos, a questão do bullying na escola algo que é muito recorrente, com isso a escola deveria proporcionar atividades que conscientizem sobre o que é o autismo e outras deficiências.

No relato da *Mãe 11*, no qual ela diz que tem que ficar sempre “em cima” para que não relaxem na inclusão e depois fala que deveria ser natural, ela revela problemas profundos estruturais e sociais do nosso sistema educacional. A escola e os profissionais da educação deveriam ter por obrigação capacitação especializada e as escolas serem inclusivas, tendo em vista que o ambiente escolar é heterogêneo, e nela haverão crianças com deficiência. Essa é a realidade escolar, o que não entendemos é o porquê de não se adequar a essa realidade, ter profissionais sem a capacitação adequada e escolas que não promovam a inclusão nos dias de hoje é inadmissível.

7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, frisamos muito sobre a importância da formação inicial do professor para que haja no contexto escolar uma educação voltada a inclusão das pessoas do espectro autista. Um professor que tenha na sua formação um olhar ético e humano diante das diversidades que se encontra na sala de aula é essencial para que o processo de inclusão aconteça.

O questionário elaborado para o desenvolvimento desta pesquisa, para que mães de crianças autistas pudessem responder, foi de extrema importância para compreendermos um pouco das dificuldades e desafios que eles enfrentam nos dias atuais. Ao ler os relatos feitos pelas mães de crianças com TEA, pudemos entender que a inclusão das crianças autistas ainda tem muito o que melhorar.

A principal queixa dos pais foi a importância da formação adequada dos professores e dos profissionais da educação. No ambiente escolar, encontramos poucos profissionais que são formados e capacitados para atenderem as crianças com deficiências, inviabilizando ou prejudicando o ensino- aprendizagem dessas crianças. Por isso, é importante problematizarmos sobre a importância dessa formação inicial, a qualificação

desses profissionais é essencial, pois é na escola onde eles irão encontrar crianças autistas e também com outras deficiências e precisam estar preparados.

Devemos ressaltar que a inclusão não é só matricular as crianças com deficiência, mas é proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor. Um lugar onde se priorizem estratégias de ensino voltadas para que a criança com deficiência sinta que faz parte do processo de ensino-aprendizagem, isto é, que participe ativamente das atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula. A inclusão eficaz e real é atribuída a uma equipe de educadores que precisam estar devidamente preparados e porque não dizer formados.

Outro ponto relatado pelas mães é a importância da conscientização no ambiente escolar e da comunidade sobre o que é o espectro autista. Motivar ações que forneçam conscientização sobre o autismo é de extrema importância, pois ela pode promover a prevenção do capacitismo e do bullying. Quando a informação é promovida na escola em conjunto com a comunidade, ela pode proporcionar um ambiente onde as pessoas terão mais empatia, serão mais acolhedoras e respeitadas perante ao aluno autista, as mães de autistas, colaboradoras desta pesquisa, esperam que as escolas pratiquem. Essas mães só querem que, quando forem deixar seus filhos na escola, elas possam estar tranquilas, por saberem que seus filhos estão sendo incluídos e respeitados nos centros educacionais.

Sabemos que as ações em prol da inclusão nas escolas têm muito o que melhorar, e que o capacitismo é muito presente em diversos contextos sociais, e na escola não é diferente, como vimos nos relatos das mães. Nesta pesquisa, conseguimos a participação de apenas onze mães, devido ao curto tempo que tivemos para a geração de dados.

Portanto, diante dos relatos apresentados, vimos nitidamente situações de exclusão de crianças com TEA, quando ela é posta a comer separada, quando o aluno não participa das atividades da classe junto com colegas. Essas situações são inadmissíveis em um ambiente educacional, que deveria proporcionar um lugar acolhedor e de respeito, mas ao contrário os tratam com preconceito e como pessoas incapacitadas.

Diante desses resultados encontrados neste estudo, esperamos que esta pesquisa contribua com a comunidade acadêmica, para que futuros professores possam refletir sobre a sua formação, e cientes de que como profissionais da educação encontraremos alunos diversificados na sala de aula, entre eles alunos com deficiências e é por isso que devemos estar preparados para sermos provedores de uma educação inclusiva de qualidade.

Neste sentido, uma formação inicial na perspectiva da inclusão proporcionaria a base para que os futuros professores se sintam mais capazes de incluir seus alunos, seja desenvolvendo/criando estratégias pedagógicas, atividades adaptadas para seus alunos, entre tantas outras ações que poderiam mediar a inclusão, buscando um ensino-aprendizagem efetivo, acolhedor e com qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE NA CÂMARA, Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos três poderes, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html> . Acesso em: 15/10/2023

Acompanhante Terapêutico escolar e autismo. Instituto Neuro Saber. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/acompanhamento-terapeutico-escolar-e-autismo-2/> Acesso em: 05/12/2023.

A Importância de Suportes Visuais para Criança com Autismo. Instituto Neuro Saber. 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/a-importancia-de-suportes-visuais-para-criancas-com-autismo/> . Acesso em 07/12/2023

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, R. B. **Estereótipos e preconceito contra pessoas com transtorno no espectro autista**. Dissertação Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

ARAGÓN, N. G. B. A formação inicial de professores de língua espanhola da Universidade Estadual da Paraíba: uma perspectiva de educação inclusiva? In: MAIA, A. A. de M.; MEDRADO, B. P. (Orgs). **Síndrome de Down: vozes e dimensões da inclusão escolar**. Campina, SP: Pontes Editores, 2020.

ASSIS, M. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico**. UFPB: Biblioteca Virtual, 2008.

BALBINO-NETO, A. Formação de Professores de Línguas no Brasil e Inclusão Social: Saberes e Desafios. In: MEDRADO, Betânia Passos (Org.). **Deficiência Visual e Ensino de Línguas Estrangeiras: Políticas, Formação e Ações Inclusivas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. P. 143-166.

BRASIL. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/> . Acesso em: 26/08/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**. In: Salete, M. ARANHA, F (Org.). A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial. Brasília. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. Acesso em: 07/12/2023.

_____. **Lei nº 12.764, 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em 08/11/2023.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10/08/2023

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Lei nº 9.394/96. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em: 09/11/2023.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva a Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial- Brasília: Secretaria Especial, 2010.

CAMARGO, S. P. H. BOSA, C. A. **Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade, vol. 21, núm. 1, Enero-abril, 2009, pp. 65-74. Associação Brasileira de Psicologia Social Minas Gerais.

CAPACISTIMO **como é e como faz?** Autismo e realidade. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/07/09/capacitismo-o-que-e-o-que-fazer/> . Acesso em 11/11/2023.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall. 2002.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.

Direito à educação: efetividade dos princípios reguladores do ensino. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/direito-a-educacao-efetividade-dos-principios-reguladores-do-ensino>

FARIAS, A. Q.. **Deficiência, docência e ensino superior: A trajetória acadêmica de uma professora cega**. Revista Educ. Inclusiva-REIN, Campina Grande, PB, vol. Temático, p. 57-65, 2019.

FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA. D. A. C. **Conhecimentos e Necessidades do Professores em Relação aos Transtornos do Espectro Autístico**. Revi. Bras. Educ. Espec., Marília, vol.20, n.1, p.103-116. Jan-Mar, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/QRspYNYnBNvzjTvrbszbQm/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 26/08/2023.

FURTADO, A. P. A., et al. **A inclusão de alunos com autismo em uma sala de aula de ensino regular de Fortaleza.** Revista Realize. 2014. p. 28

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

CAMARGO, S. P. H. BOSA, C. A. **Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: revisão crítica da literatura.** Psicologia & Sociedade, vol. 21, núm. 1, Enero-abril, 2009, pp. 65-74. Associação Brasileira de Psicologia Social Minas Gerais.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MARTINS. L.A.R. **Reflexões sobre a formação dos professores com vistas à educação inclusiva.** In. MIRANDA, T. G.; FILHO, T. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

MEDRADO, B. P. Formando para Incluir: contribuições da Linguística Aplicada. In.: JORDÃO, Clárisse Menezes. **A linguística Aplicada no Brasil: rumos e passagens.** Capinas: Pontes Editora, 2016, p.263-284

O que são estereótipias? **Autismo e Realidade.** Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2019/09/12/o-que-sao-as-estereotipias/> Acesso em: 15/10/2023.

ODA, F. S. **Análise do comportamento e autismo:** Marcos históricos descritos em publicações norteamericas influentes. Rev. Brasileira de Terapia comportamental e cognitiva. Texas. V.20, N°3, 2018, p.86-98. Disponível em: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i3.1218> Acesso em: 12/09/2023

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista.** *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>

RODRIGUES, F.F.D.T. OLIVEIRA, S. G. SANTOS, A. J. **As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação.** Revista Prisma. Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49> Acesso em 15/10/2003

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. **Manual de Orientação: transtorno do espectro do autismo.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf Acesso em 13/10/2023

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. **Manual de Orientação: transtorno do espectro do autismo**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2019. https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf Acesso em 13/10/2023

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. 2023. Disponível em: <https://centros.uepb.edu.br/cche/download/ppc-letras-portugues-licenciatura/> Acesso em: 15/10/2023.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

PESQUISA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NA ESCOLA REGULAR

Este questionário tem como objetivo obter informações a serem usadas no TCC intitulado "DIFICULDADES E DESAFIOS QUE OS ALUNOS COM AUTISMO ENFRENTAM NA ESCOLA REGULAR". Como mencionado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE que você assinou, a pesquisa está sendo desenvolvida pela aluna Maria Lucicleide de Souza Silva, graduanda da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), do curso de Letras - Português. Ressaltamos que sua identidade não será revelada e que a qualquer momento estaremos a disposição para esclarecer possíveis dúvidas que surjam.

Agradecemos pela sua colaboração!

PERFIL DO COLABORADOR DA PESQUISA

- 1- Nome do Pai/Mãe
- 2- Em que cidade e estado reside?
- 3- Qual o nome do seu filho (a) e a sua idade?
- 4- Quantos anos seu filho tinha quando recebeu o diagnóstico do TEA?
- 5- A instituição onde seu filho estuda é pública ou privada?
- 6- Qual a escolaridade do seu filho (a)?
 - Ensino infantil
 - Ensino fundamental
 - Ensino médio
- 7- Qual ano/série seu filho (a) estuda atualmente?
- 8- Seu filho tem Acompanhante Terapêutico (AT) / Apoiador/ Cuidador/Acompanhador na escola? Se não, porque?

QUESTÕES SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA NA ESCOLA

- 9- No ato da matrícula do seu filho (a), a escola apresentou algum tipo de impedimento ou "desculpas", quando você informou que seu filho é autista? Se sim, poderia nos relatar como foi?

- 10- Na instituição que seu filho (a) frequenta, há professores que praticam a inclusão? Isto é, estes profissionais realizam atividades pedagógicas adaptadas para o seu filho, objetivando sua participação ativa no processo de ensino-aprendizagem e nos eventos escolares, mediando a interação com os colegas de classe? Existem adaptações que atendem as necessidades específicas dele (a)?
- 11- Na sua opinião, o que deveria melhorar/mudar no espaço escolar para que hajam práticas inclusivas, que proporcione um ensino-aprendizagem de qualidade para seu filho (a)?
12. Em algum momento, houve alguma situação de capacitismo que seu filho tenha enfrentado na escola? Se sim, poderia nos relatar como foi? Como isso foi discutido pela escola? E quais medidas foram tomadas?
13. Quais os maiores desafios que você como pai/mãe enfrenta, para inclusão do seu filho na escola regular?

ANEXO A**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado,

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “DIFICULDADES E DESAFIOS ENCONTRADOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NA ESCOLA REGULAR”, sob a responsabilidade de Maria Lucicleide de Souza Silva (Orientanda de TCC) e da Profa. Me. Náthaly Guisel Bejarano Aragón (Orientadora), de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

Quando se fala em inclusão, logo vem a ideia de colocar alunos com deficiência em uma sala de aula regular, no entanto, incluir vai além de inserir a pessoa com deficiência (PCD) em um espaço físico. Para incluir, se faz necessário refletir sobre aspectos que proporcionem a participação real desses alunos no ensino-aprendizagem nos diversos contextos educacionais. Diante disso, a escola precisa estar preparada para atender e suprir as necessidades desse grupo de indivíduos, buscando reduzir as dificuldades que se apresentam, com o intuito de garantir um ensino-aprendizagem eficiente e de qualidade. Cientes disso, destacamos que a educação é um direito garantido em diversos documentos oficiais no Brasil, como por exemplo, na Constituição Federal. Entretanto, continua sendo um desafio que essa educação seja garantida no sistema educacional regular, devido as percepções histórico-sociais e culturais que se têm da identidade da PCD, da

falta de políticas públicas e, aqui destacamos a ausência de uma formação inicial de professores alicerçada no paradigma da inclusão.

Diante disso, esta pesquisa tem como justificativa refletir sobre as dificuldades e desafios que as pessoas com TEA encontram ao cursar o ensino regular. Este tema é de interesse da pesquisadora devido a que, recentemente, seu filho foi diagnosticado com TEA e por participar de um grupo de WhatsApp onde há relatos sobre os percalços que os pais enfrentam na inclusão de seus filhos autistas no ensino regular. Por outro lado, o tema desta pesquisa visa contribuir com a problematização e reflexão sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas com TEA para a sua inclusão educacional. Além disso, problematizar as lacunas existentes na formação inicial docente, já que esta não está acontecendo na perspectiva da inclusão.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral refletir e problematizar as dificuldades e desafios encontrados pelas pessoas com TEA na sua inclusão educacional na escola regular. Os objetivos específicos são: 1) Explorar sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista; 2) Problematizar a falta de formação inicial dos professores sob a perspectiva da educação inclusiva; 3) Refletir sobre o que é o capacitismo; e, 4) Apontar por meio de relatos de pais de pessoas com TEA as dificuldades enfrentadas pelos seus filhos para a sua inclusão na escola regular.

A pesquisa é pertinente pois visa mostrar à sociedade a realidade sobre as dificuldades e desafios que pessoas com TEA enfrentam na escola regular. Para tanto, este estudo é de caráter qualitativo e interpretativo, a geração de dados será realizada através de um questionário feito no *Google Forms*, que será respondido pelos colaboradores da pesquisa, isto é, pais de pessoas com TEA que fazem parte de um grupo do WhatsApp.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados aos participantes da pesquisa se assim o solicitarem, cumprindo as exigências da Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Será garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas. (Res. 466/2012, IV. 3. g. e. h.)

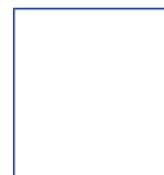
Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com Maria Lucicleide de Souza Silva, pelo telefone (83) 99995-3758 ou através do e-mail: mlucicleide78@gmail.com ou maria.lucicleide.silva@aluno.uepb.edu.br. Também podem entrar em contato com a Profa. Náthaly Guisel Bejarano Aragón (Orientadora), através dos e-mails: nathalyba21@hotmail.com ou nathalyba21@servidor.uepb.edu.br. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone (83) 3315 3373, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

CONSENTIMENTO

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa “DIFICULDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NA ESCOLA REGULAR” e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu _____ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Monteiro, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Participante



Digital

Assinatura do Pesquisador